



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 31 de julho de 2025

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,95% São Paulo	132.129 133.989 25/7 28/7 29/7 30/7	R\$ 5,589 (+ 0,35%)	24/julho 5,519 25/julho 5,561 28/julho 5,589 29/julho 5,569	R\$ 6,387	14,90%	14,91%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24

GUERRA COMERCIAL

Tarifaço saiu menos ruim que o esperado

Em lista divulgada ontem, Estados Unidos poupam produtos exportados pelo Brasil, como aviões e suco de laranja, mas mantém taxa de 50% para outros itens considerados estratégicos, como alguns minerais, carnes, pescados, frutas e café

» RAPHAEL PATI

A tarifa de 50% sobre produtos brasileiros importados pelos Estados Unidos foi confirmada ontem, por meio de um decreto executivo assinado pelo presidente Donald Trump. A medida é fundamentada na declaração de uma “emergência nacional” contra ações do governo brasileiro, que, segundo Trump, representam ameaças à segurança, à economia e à política externa dos EUA. A implementação das tarifas, que estava prevista para o próximo dia 1º, foi adiada pelo governo norte-americano, com a publicação da ordem executiva, e deve entrar em vigor a partir do dia 6 de agosto.

Apesar de atingir diretamente setores como agronegócio, mineração e indústria de base, o documento publicado ontem exclui, por exemplo, itens estratégicos como metais de silício, polpa de madeira, minérios, laranja, combustíveis, componentes aeronáuticos e derivados energéticos. Ao todo, a lista retira 694 produtos da tarifa de 50% que será cobrada a partir da semana que vem.

De acordo com a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), os produtos isentos corresponderam a US\$ 18,4 bilhões das exportações brasileiras para os Estados Unidos no ano passado, o que representa 43,4% do valor total de itens vendidos aos EUA durante o período. “Embora essas exceções atenuem parcialmente os efeitos da tarifa de 50% anunciada, a Amcham reforça que ainda há um impacto expressivo sobre setores estratégicos da economia brasileira”, destaca a entidade.

Apesar da quantidade significativa de exceções, alguns produtos estratégicos para o comércio entre os dois países ficaram de fora da lista, a exemplo do café, que historicamente é a principal exportação brasileira para os norte-americanos no setor agropecuário. Em 2024, 16,7% de todo café vendido para o exterior teve os EUA como destino final, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Em nota, o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) informou que seguirá em negociações com representantes do setor norte-americano, como a National Coffee Association (NCA), com o objetivo de incluir o produto na lista de exceções elaborada pelo governo dos EUA. “Diante da relevância do café aos consumidores e à economia norte-americana, entendemos que se faz necessária a revisão da decisão de taxar os cafés do Brasil – ato que implicará elevação desmedida de preços e inflação, uma vez que esses tributos serão repassados à população americana no ato da compra”, comunicou.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) também manifestou que acompanha com atenção os desdobramentos do anúncio de Trump. De acordo com o setor, se somada à alíquota atual de 26,4%, a carga tributária total ultrapassaria 76%, o que poderia comprometer a viabilidade econômica das exportações ao mercado norte-americano, que, segundo a Abiec, importou 229 mil

Flopou?

Tarifa de 50% a produtos brasileiros tem 694 exceções, de acordo com lista divulgada pela Casa Branca. Confira os principais:

Produtos agrícolas e alimentícios

- Castanhas do Brasil
- Polpa e suco de laranja

Minerais, Combustíveis e Derivados

- Minério de ferro
- Carvão
- Petróleo bruto
- Combustíveis, querosene e óleos lubrificantes

Materiais Diversos (Plásticos, Borracha, Madeira, Outros)

- Artigos de plástico
- Pneus para aeronaves
- Madeira tropical serrada
- Pasta química de madeira (celulose)
- Para-brisas de vidro de segurança laminado para veículos e aeronaves

Metais e Manufaturas de Metal

- Prata e ouro em barras
- Ferro
- Fios, cabos, cordas e artigos semelhantes de ferro ou aço (incluindo aço inoxidável)
- Artigos de arame de ferro ou aço
- Fios e cabos de cobre
- Resíduos e sucata de estanho
- Titânio trabalhado

Máquinas e Equipamentos (Não Elétricos)

- Motores de pistão de combustão interna para aeronaves
- Turbinas a gás para aeronaves
- Ventiladores e exaustores
- Ar condicionado, refrigeradores, congeladores e bombas de calor
- Máquinas e aparelhos para filtrar ou purificar líquidos ou gases
- Extintores de incêndio

Fonte: Governo dos Estados Unidos da América (A Casa Branca)

Equipamentos Elétricos e Eletrônicos

- Motores e geradores elétricos (DC, AC, fotovoltaicos, para partida de motores)
- Transformadores elétricos e conversores estáticos (retificadores)
- Baterias de acumuladores (chumbo-ácido, níquel-cádmio, íon-lítio)
- Smartphones e outros telefones celulares
- Microfones e alto-falantes
- Fones de ouvido e amplificadores de áudio
- Aparelhos de gravação e reprodução de som e vídeo
- Monitores e projetores para máquinas de processamento de dados
- Antenas e refletores de antena (para TV, radar, rádio)

Instrumentos e Aparelhos de Precisão (Incluindo Aeronáuticos)

- Bússolas (ópticas, giroscópicas, elétricas)
- Instrumentos e aparelhos para navegação aeronáutica ou espacial
- Dispositivos de respiração subaquática e máscaras de gás

Aeronaves Completas e Artigos Retornados/Montados no Exterior

- Aeronaves (balões, dirigíveis, planadores, asas-delta, helicópteros, aviões)
- Treinadores de voo em solo
- Aeronaves não tripuladas (drones, para passageiros ou não, controladas remotamente ou não, de diferentes pesos)
- Partes de aeronaves (hélices, rotores, trens de aterragem, assentos, outras partes)



Novas ameaças se avizinham

Congressistas norte-americanos sinalizaram a senadores brasileiros que o Brasil precisa rever suas relações com outro país do Brics, que tem causado sérios problemas para a diplomacia norte-americana: a Rússia. O risco é de que o país seja, novamente, sancionado, desta vez por meio de uma lei que está em negociações pelo Congresso dos EUA, mas que deve avançar no próximo mês, já que tem o apoio de parlamentares tanto do Partido Republicano, de Trump, quanto do Democrata.

“Há outra crise pior que pode nos atingir em 90 dias”, disse, ontem, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), ao destacar que o texto discutido no Congresso norte-americano prevê punições automáticas e legais. “Será uma lei americana. Os dois partidos deixaram claro que aprovarão essa lei.”

A preocupação principal está voltada para a compra, pelo Brasil, de fertilizantes e derivados de petróleo russo, insumos importantes para o agronegócio e para o setor energético. Segundo a senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, a insatisfação dos americanos foi manifestada abertamente nas reuniões. “Esse assunto é sensível. Eles acreditam que, ao comprar da Rússia, o Brasil dá munição para o país continuar com a guerra (contra a Ucrânia)”, relatou.

A movimentação no Congresso norte-americano faz parte de um esforço para sufocar economicamente a Rússia, que ignorou as tentativas dos Estados Unidos por um cessar-fogo duradouro na Ucrânia — embora Donald Trump tenha prometido, em sua campanha, acabar com a guerra em um dia se eleito. O país também ignorou as propostas de paz feitas pelos países europeus.

Em 15 de julho, o secretário-geral da Otan, Mark Rutte, já havia dito que países como o Brasil, China e Índia (todos integrantes do Brics) podem ser tarifados em 100% por comprar petróleo da Rússia (que também integra o Brics). A declaração se deu depois de uma reunião com congressistas estadunidenses.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o Brasil compra fertilizantes por necessidade, não por escolha política. “Não está sobrando fertilizante por aí. Também, quem compra combustível não é o governo brasileiro, são empresas privadas que importam para revender internamente”, disse. O Brasil atualmente importa mais de 80% dos fertilizantes que utiliza, a maior parte da Rússia. De janeiro a novembro de 2024, o Brasil comprou US\$ 3,4 bilhões (cerca de R\$ 20 bilhões) em insumos, segundo dados da plataforma Comtrade, da Organização das Nações Unidas (ONU) e do governo brasileiro.

As declarações foram dadas em entrevista, ao final da missão de oito senadores aos EUA, para negociar a tarifa de 50% imposta por Trump sobre produtos brasileiros. Tereza Cristina reforçou que essa questão deve constar do relatório final da missão.

toneladas da carne brasileira no ano passado.

“A ABIEC seguirá atuando de forma propositiva, em parceria com o setor público e os importadores, para preservar a competitividade da carne bovina brasileira, assegurar previsibilidade aos exportadores e contribuir com o equilíbrio do comércio internacional e da segurança alimentar global”, frisou.

Já a Associação Brasileira das Indústrias de Pescado (Abipesc) afirmou que acompanha com “grande preocupação” a confirmação da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. O setor também foi atingido com a medida e destacou que mais de um milhão de pescadores profissionais serão diretamente afetados. “A interrupção do escoamento da produção nacional comprometerá a subsistência de uma ampla rede de trabalhadores e comunidades, provocando consequências drásticas para a segurança econômica do país”, comentou.

O decreto assinado ontem estabelece ainda, que, em caso de retaliação do governo brasileiro, as tarifas poderão ser ampliadas. Por outro lado, Trump também admite a possibilidade de reverter a medida caso o Brasil se alinhe novamente aos “valores democráticos, de livre mercado e de proteção aos

direitos humanos”, diz o documento da Casa Branca.

A execução da nova política será coordenada por diversos órgãos dos EUA, incluindo o Departamento de Estado, o Tesouro, o Departamento de Comércio e a Alfândega e Proteção de Fronteiras. Um sistema de monitoramento será criado para acompanhar os desdobramentos no Brasil, e relatórios periódicos serão enviados ao Congresso norte-americano.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou ao ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, uma relação de oito medidas prioritárias com diversas propostas do setor para atenuar o impacto da tarifa. A proposta envolve áreas, como crédito, tributação, emprego e comércio exterior. Em nota, a entidade afirma que embora a decisão dos EUA cause grande preocupação, é importante descartar a possibilidade de retaliação, e reforça que “o país deve se manter unido e ampliar os canais de diálogo e de negociação com os Estados Unidos.

“Não há justificativa técnica ou econômica para o aumento das tarifas, mas acreditamos que não é hora de retaliar. Seguimos defendendo a negociação como forma de convencer o governo americano que essa medida é uma relação

de perde-perde para os dois países, não apenas para o Brasil”, afirmou o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Motivação política

O documento, publicado no site oficial da Casa Branca, alega que autoridades brasileiras estão promovendo práticas que violam direitos humanos, censuram cidadãos norte-americanos e interferem nas atividades de empresas dos Estados Unidos. O presidente dos EUA afirma que a decisão é amparada pela Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA) e pela Lei de Emergências Nacionais (NEA), que conferem à presidência amplos poderes em tempos de crise internacional.

Entre as justificativas apresentadas, o decreto cita diretamente o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Trump acusa o magistrado de abuso de autoridade ao autorizar prisões políticas, bloqueio de contas bancárias, apreensão de passaportes e censura de conteúdos e perfis de redes sociais pertencentes a cidadãos norte-americanos. Segundo o texto, Moraes teria atuado em coordenação com outras autoridades brasileiras para perseguir opositores e suprimir

críticas ao governo.

O decreto afirma que Jair Bolsonaro está sendo alvo de um processo judicial com motivação política, no qual é acusado injustamente de crimes relacionados ao segundo turno das eleições de 2022. Trump considera que o julgamento de Bolsonaro pelo STF compromete o Estado de Direito no Brasil e ameaça a realização de eleições livres e justas em 2026.

Ontem, após se reunir com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que ter enfatizado que “é inaceitável e descabida a ingerência na soberania nacional no que diz respeito a decisões do Poder Judiciário do Brasil”. Também foi tema da conversa, a ação penal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, que Trump classifica como “caça às bruxas” e deseja ver encerrada. Vieira respondeu que a Justiça nacional é tão “independente” quanto a dos EUA e “não se curvará a pressões externas”. Ele disse ter afirmado a Rubio que o governo brasileiro se reserva o direito de responder às medidas de restrição americanas contra Moraes.

O encontro entre Vieira e Rubio não ocorreu na sede do Departamento de Estado, tampouco na embaixada brasileira. O local não foi informado.